

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Mensagem da Administração

A Marítima Saúde Seguros S.A., subsidiária integral da Marítima Seguros S.A., registrou um excelente resultado, com aumento no lucro líquido em 42,4% e diminuição na sinistralidade de 79,1% em 2008 para 75,6% em 2009, para um período marcado pela crise financeira no primeiro semestre de 2009, que ocasionou aumento do desemprego formal e diminuição dos benefícios concedidos pelas empresas corporativas à seus empregados, o que afetou diretamente a redução no número de vidas seguradas da Companhia. Para o segundo semestre a Companhia recuperou o seu faturamento reduzindo a sua perda de faturamento no ano. Os Prêmios de Seguros diminuíram 1,9%, passando de R\$ 312,8 milhões em 2008 para R\$ 306,9 milhões em 2009, um decréscimo de R\$ 5,9 milhões. O número de vidas seguradas diminuiu 11,1% passando de 166,5 mil vidas em 2008 para 148,1 mil vidas em 2009, diminuição refletida principalmente na

carteira corporativa passando de um total de 156,4 mil vidas em 2008 para 138,9 mil vidas em 2009 representando portanto uma queda de 11,2%, a carteira individual teve redução de 8,9% passando de um total de 10,1 mil vidas em 2008 para 9,2 mil vidas em 2009, em linha com a estratégia de redução da participação nesse último segmento. Em 31 de dezembro de 2009, a Marítima Saúde Seguros S.A. contava com uma rede referenciada que incluía 612 hospitais, 347 laboratórios, 632 centros de diagnósticos, 251 fornecedores de materiais, 19 associações de médicos e 6.706 prestadores distribuídos para os demais serviços. Para 2010 a Companhia vem trabalhando estrategicamente com ótimas expectativas de negócios e rentabilidade.

Agradecimentos

A Marítima Saúde Seguros S.A. agradece a cooperação de seus Funcionários, Corretores, Acionistas, Hospitais, Prestadores da área Médica, bem como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e demais autoridades pelos resultados alcançados neste ano. São Paulo, 22 de fevereiro de 2010

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Ativo	Nota	(Em milhares de Reais)		
		2009	2008	2007
Circulante		74.327	103.773	64.603
Disponível		1.002	975	49.170
Realizável		73.325	102.798	15.433
Aplicações	(4a)	61.567	93.829	928
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(5)	1.510	486	16.316
Prêmio a receber		1.310	52	28.748
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		200	434	229
Despesas de comercialização diferidas		429	508	180
Títulos e créditos a receber	(6)	9.726	7.938	49
Outros valores e bens		93	37	2.087
Ativo não circulante		80.842	35.828	1.597
Realizável a longo prazo		72.490	26.034	350
Aplicações	(4a)	55.588	8.337	68
Títulos e créditos a receber	(6)	6.446	5.926	5.664
Valores e bens	(14b)	10.456	11.771	5.438
Permanente		8.352	9.794	12.814
Investimentos	(7a)	-	3.632	16.755
Participações societárias - Investimentos no país		-	3.632	65
Imobilizado		882	816	8
Bens móveis - Não hospitalares/não odontológicos	(7b)	882	816	12.749
Intangível		7.470	5.346	16.747
Total do Ativo		155.169	139.601	139.601
Compensação - Ativo		6.787	6.477	6.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Descrição	Nota	(Em milhares de Reais)			
		Integralizado	Em Aprovação	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária
Saldos em 31 de dezembro de 2007		25.500	-	1.526	24.920
Ajustes de adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08		-	-	-	-
Aumento de capital por subscrição - AGE 30 de junho de 2008		-	3.600	-	-
Perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários		-	-	-	(43)
Dividendos pagos relativos a anos anteriores		-	-	-	(10.006)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
Proposta para destinação dos lucros aprovada pela Administração					
Reserva legal		-	-	443	-
Reserva estatutária		-	-	-	8.408
Saldos em 31 de dezembro de 2008		25.500	3.600	1.969	23.322
Aumento de capital por subscrição - AGE 30 de junho de 2008		3.600	(3.600)	-	-
Aumento de capital - AGE 24 de julho de 2009		25.008	-	-	-
Perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários		-	-	-	(54)
Dividendos pagos relativos a anos anteriores	(15d)	-	-	-	(15.009)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
Proposta para destinação dos lucros aprovada pela Administração					
Reserva legal		-	-	673	-
Reserva estatutária		-	-	-	12.793
Saldos em 31 de dezembro de 2009		54.108	-	2.642	21.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em 31 de dezembro de 2009 e 2008

1. Contexto operacional	(Em milhares de Reais)					
	Nota	Integralizado	Em Aprovação	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Total do Patrimônio Líquido
A Companhia tem por objeto social a exploração das operações de seguro do ramo de assistência à saúde, tendo sido constituída nos termos da Lei nº 10.185 de 12 de fevereiro de 2001. Suas operações são conduzidas de forma integrada com a sua controladora, Marítima Seguros S.A. (doravante referida também como "Controladora"), com a qual compartilha parcela significativa da estrutura administrativa e operacional e cujos custos são atribuídos a cada empresa, segundo critérios estabelecidos pela Administração (vide nota 12).		-	-	-	-	-
2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras						
As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e normas instituídas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Para as matérias que não tenham sido disciplinadas pela ANS e pelo Conselho Nacional de Saúde Suplementar (CONSU) aplica-se no que couber o disposto nas normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) publicadas até 21 de dezembro de 2000. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 207 de 22 de dezembro de 2009 e conforme modelo de publicação instituído pela Instrução Normativa - IN nº 36, de 22 de dezembro de 2009. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, anteriormente publicadas, foram reclassificadas segundo os novos critérios de apresentação para possibilitar melhores condições de comparabilidade. Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008, a Companhia adotou, pela primeira vez, as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, incluindo as modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 28 de maio de 2009. As Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 modificaram a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Tais modificações não produziram impactos significativos nos resultados ou na posição patrimonial e financeira da Companhia. A Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), cuja divulgação tornou-se obrigatória pela Lei nº 11.638/07, foi elaborada pelo método direto e sem a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme modelo instituído pela IN 36/09 da ANS. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2010.		-	-	-	-	-
3. Principais práticas contábeis						
As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das transações são as seguintes: a. Auração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: a. A contabilização dos prêmios de seguros na data de emissão das apólices ou faturas e seu diferimento e apropriação ao resultado no prazo de cobertura do risco, através da provisão de prêmios não ganhos. Os prêmios de seguros que têm emissão antecipada ao período de cobertura de risco são mantidos em conta patrimonial específica e são reconhecidos no resultado a partir do início do período de cobertura do risco; b. O diferimento das comissões de corretagem e sua amortização ao longo do prazo de vigência dos contratos de seguros. As comissões de agenciamento são apropriadas ao resultado, de forma linear, pelo prazo de 12 meses; c. O reconhecimento da participação dos funcionários no lucro, estabelecida com base em convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, e calculada de acordo com as metas estipuladas pela Administração da Companhia; e d. O provisionamento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro do período ajustado nos termos previstos na legislação fiscal. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e a contribuição social, às alíquotas de 9% até 30 de abril de 2008 e de 15% a partir de 1º de maio de 2008, de acordo com a Lei 11.727 de 23 de junho de 2008. A Companhia adota o Regime Especial de Tributação instituído pela Lei 11.941/09. Dessa forma, os tributos incidem sobre o lucro contábil ajustado nos termos previstos na referida Lei. b. Balanço patrimonial: Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após o período de 12 meses são classificados no ativo realizável e passivo exigível a longo prazo, respectivamente; e c. Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são ajustados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato. c. Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamento na determinação e no registro de certos valores determinados com base em estimativas. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem dentre outros, os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, o valor das provisões requeridas para ajustar os ativos ao seu valor provável de realização ou recuperação, as provisões técnicas e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos registrados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revera as premissas e cenários utilizados na determinação, no mínimo semestralmente. d. Ativo circulante e realizável a longo prazo:		-	-	-	-	-
4. Aplicações						
a. Composição das aplicações financeiras						
Para Negociação		Valor do investimento atualizado	2009	2008	2007	
Certificados de depósitos bancários		35.139	Perdas não realizadas (5)	35.134	Perdas não realizadas (2)	76.496
DPGE - Depósito a prazo com garantia especial (*)		21.711	(11)	21.700	(2)	76.496
Total para negociação		56.850	(16)	56.834	(2)	76.496
Disponível para venda		16.333	(16)	16.317	(83)	25.670
Letras Financeiras do Tesouro		44.164	(160)	44.004	-	-
Total disponível para venda		60.497	(176)	60.321	(83)	25.670
Total		117.347	(192)	117.155	(85)	102.166
Certas aplicações financeiras encontram-se vinculadas em garantia das provisões técnicas (vide nota 9). (*) Em 26 de março de 2009, o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu a Resolução nº 3.692, alterada pela Resolução nº 3.729 de 28 de maio de 2009, permitindo que instituições financeiras bancárias ofertassem ao mercado depósitos a prazo, sem emissão de certificado, com garantia especial pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), denominado depósito a prazo com garantia especial (DPGE). A Administração da Companhia decidiu aplicar recursos nesses títulos, em virtude da combinação vantajosa entre rentabilidade e do baixo risco de crédito envolvido.						
b. Vencimento						
		2009	2008	2007		
Certificados de depósitos bancários		Vencíveis em até 1 ano	Vencíveis de 1 a 2 anos	Vencíveis acima de 2 anos	Total	
DPGE - Depósito a prazo com garantia especial		21.700	-	-	21.700	
Letras Financeiras do Tesouro		4.733	-	11.584	16.317	
Notas do Tesouro		-	8.035	35.969	44.004	
Total		61.567	8.035	47.553	117.155	
		2008	2009	2008		
Certificados de depósitos bancários		Vencíveis em até 1 ano	Vencíveis de 1 a 2 anos	Vencíveis acima de 2 anos	Total	
DPGE - Depósito a prazo com garantia especial		52.292	24.204	-	76.496	
Letras Financeiras do Tesouro		17.333	4.305	4.032	25.670	
Total		69.625	28.509	4.032	102.166	

c. Decomposição da carteira de depósitos a prazo por escala de rating das instituições financeiras emissoras

Escala de Rating (*)	2009		2008	
	Valor contábil	%	Valor contábil	%
AAA	2.229	4%	6.042	8%
AA	8.225	14%	30.539	40%
A	18.525	33%	13.545	18%
BBB	27.855	49%	26.370	34%
	56.834	100%	76.496	100%

(*) Escala de rating adotada para classificação é baseada nos critérios utilizados pelas agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings.

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Prêmios a receber	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
(-) Provisão para perdas sobre créditos	3.674	(2.364)	1.327	(1.275)
Total de prêmios a receber	1.310	52	205	434
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	205	(5)	-	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos	-	-	-	-
Total de outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	200	434	200	434
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	1.510	486	1.510	486

Demonstrações de Resultados

Prêmios ganhos de operações com plano de assistência à saúde	Nota	(Em milhares de Reais)		
		2009	2008	2007
Prêmios retidos	16a	302.938	308.890	312.774
Variação das provisões técnicas		48	139	(4.023)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde		(4.288)	(4.023)	(232.261)
Sinistros indenizáveis líquidos	16b	(232.261)	(247.441)	(238.734)
Sinistros retidos		4.663	5.530	2.010
Recuperação de sinistros indenizáveis		2.010	(5.923)	-
Variação de sinistros ocorridos e não avisados		70.437	61.449	70.437
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		70.437	61.449	70.437
Resultado bruto		70.437	61.449	70.437
Despesas de comercialização	16c	(19.909)	(21.721)	(19.909)
Despesas administrativas	16e	(38.859)	(44.623)	(38.859)
Outras receitas operacionais		81	5.341	81
Outras despesas operacionais	16d	(2.550)	790	(2.550)
Provisão para perdas sobre créditos		(1.094)	28	(1.094)
Provisão para contingências - Operacional		(111)	1.950	(111)
Outras		(1.345)	(1.188)	(1.345)
Resultado operacional		9.200	12.305	9.200
Resultado financeiro líquido	16f	11.397	12.895	11.397
Receitas financeiras		12.781	13.885	12.781
Despesas financeiras		(1.384)	(1.090)	(1.384)
Resultado não operacional		52	(4)	52
Resultado antes dos impostos e participações	17	20.649	14.037	20.649
Imposto de renda		(3.714)	(3.210)	(3.714)
Contribuição social		(2.661)	(806)	(2.661)
Participações no resultado		(808)	(567)	(808)
Resultado líquido		13.466	9.454	13.466
Quantidade de ações		2.266.656	1.480.246	2.266.656
Lucro líquido no exercício por lote de mil ações		5.940,91	6.386,78	5.940,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Atividades operacionais	(Em milhares de Reais)	
	2009	2008
Recebimento de planos saúde	302.103	327.146
Resgate de aplicações financeiras	403.857	425.575
Outros recebimentos operacionais	6.570	18
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(239.639)	(246.227)
Pagamento de comissões	(19.605)	(19.711)
Pagamento de pessoal	(8.984)	(19.612)
Pagamento de pró-labore	(828)	(2.549)
Pagamento de serviços terceiros	(8.684)	(17.068)
Pagamento de tributos	(24.446)	(13.171)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(5.355)	(154)
Pagamento de aluguel	(612)	(2.207)
Pagamento de promoção/publicidade	(110)	(578)
Aplicações financeiras	(408.590)	(417.144)
Outros pagamentos operacionais	(7.000)	(2.569)
Caixa líquido das atividades operacionais	(11.323)	11.749
Atividades de investimentos		
Recebimento de venda de investimentos	3.638	-
Recebimento de dividendos	994	320
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	-	(89)
Pagamento relativos ao ativo intangível	(2.568)	(2.729)
Caixa líquido das atividades de investimentos	2.064	(2.498)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro	25.008	3.600
Pagamento de amortização - Empréstimos/financiamentos/leasing	(161)	-
Pagamento de participação nos resultados e dividendos	(15.561)	(14.568)
Outros pagamentos da atividade de financiamento	(110)	(578)
Caixa líquido das atividades de financiamento	9.286	(11.063)
Variação líquida do caixa		



Soluções em Seguros Empresariais

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

pela Controladora à Companhia somaram R\$ 3.409 em 2009 e R\$ 3.223 em 2008.

- Os funcionários da Companhia contam com seguro de vida contratado junto à sua Controladora, cujos custos são assumidos pela Companhia. Os prêmios pagos pela Companhia à sua Controladora somaram R\$ 11 em 2009 e R\$ 26 em 2008.
- Alguns médicos credenciados ou proprietários de clínicas credenciadas pela Companhia são ligados aos sócios controladores da Controladora. Os valores pagos pelos serviços prestados aos segurados da Companhia são determinados em bases equitativas com os valores praticados com terceiros não ligados e não atingem montantes significativos.
- A Companhia é locatária de imóveis de propriedade de sua Controladora. Os alugueis pagos pela Companhia somaram R\$ 480 em 2009 e R\$ 440 em 2008.
- Os valores pagos a título de remuneração aos administradores somaram R\$ 1.086 em 2009 e R\$ 922 em 2008.
- A Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A., corretora controlada pelo Banco Paulista S.A., prestou, até outubro de 2009, serviços de custódia e liquidação das operações de compra e venda de títulos mobiliários à Companhia. O contrato pela prestação de serviços prevê a remuneração da ordem de R\$ 36 ao ano. Os controladores do Banco Paulista S.A. detêm participação direta de 1,268% e indireta de 5,864% na Controladora.
- A Companhia possui aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de emissão do Banco Paulista S.A. O montante desses depósitos, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$ 272 (R\$ 247 em 2008). Essas aplicações encontram-se vinculadas em garantia de processos judiciais. A rentabilidade média obtida no exercício de 2009 com aplicações em títulos de emissão do Banco Paulista S.A. foi de 104% da variação do CDI.

13. Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia figura como arrendatária em contratos de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática. Os contratos possuem prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de renovação e compra sendo que o vencimento mais longo será em fevereiro de 2012. Os ativos objeto desses contratos estão apresentados no ativo imobilizado da Companhia sendo que o saldo contábil, líquido de depreciação, totaliza R\$ 225 em 2009 (R\$ 133 em 2008). Durante o exercício, a Companhia reconheceu custos financeiros associados a esses contratos no montante de R\$ 15 e depreciações no montante de R\$ 81. As despesas financeiras são reconhecidas ao longo do prazo do arrendamento.

	Valor presente dos pagamentos mínimos 2009	Valor presente dos pagamentos mínimos 2008
Até um ano	68	42
De um a dois anos	65	8
Total	133	50

b. Movimentação das provisões judiciais (Provisões)

Natureza	Saldo em 31/12/2007		Encargos Moratórios		Baixas		Saldo em 31/12/2008		
	Principal	Princípio	Princípio	Moratório	Princípio	Moratório	Princípio	Moratório	
1 - Fiscal	9.135	1.165	981	(165)	11.116	2.969	1.128	(7.969)	7.244
2 - Trabalhista	55	23	28	(19)	87	239	(3)	(321)	2
3 - Cíveis	2.444	242	566	(62)	3.190	575	(100)	3.815	2
4 - Outras	4.443	2.194	228	(4.511)	2.354	1.436	(234)	(1.868)	146
Total	16.077	3.624	1.803	(4.757)	16.747	5.219	(1.041)	(10.258)	12.749

(*) Os depósitos judiciais estão apresentado no ativo não circulante, na conta "Valores e bens".

1 - Ações de natureza fiscal: 1.1 Ações incluídas na anistia fiscal - Lei nº 11.941/2009: A Companhia optou por desistir de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, mediante pagamento à vista, em 30 de novembro de 2009, de débitos para com a Receita Federal ou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Para adesão à anistia foram apresentadas petições de desistência das ações judiciais e respectivos processos administrativos, com renúncia ao direito sobre o qual estas se fundavam, sendo efetuados recolhimentos dos saldos devidos não contemplados por depósitos judiciais. Para os pagamentos à vista a Lei previu redução de 100% das multas de mora e de ofício, 40% das multas isoladas, 45% dos juros de mora e 100% sobre o valor do encargo legal, em conformidade com as disposições mantidas nas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 06, 10, 11 e 13 de 2009. As ações que se beneficiaram do programa estabelecido pela Lei 11.941, estão relacionadas, basicamente, as seguintes discussões: (i) Ação em que se pleiteava a dedução da despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL) na formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ) do ano-calendário de 2001 e períodos-base subsequentes, questionando a aplicação do art. 1º da Lei nº 9.316/96; e (ii) Tributos com Exigibilidade Suspensa - Ação em que se pleiteava a dedução das despesas relacionadas aos tributos discutidos judicialmente na formação da base de cálculo do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro (CSLL) a partir do período base de 2001 e subsequentes. Os valores envolvidos na liquidação desses processos foram de:

Total dos débitos apurados	7.092
(-) Total dos depósitos judiciais	8.564
Saldo líquido	1.492
Forma de liquidação financeira:	
Valor pago à vista em 30/11/09	220
(-) Saldo de depósito a ser levantado	1.692
Saldo líquido	1.492

Atualmente aguarda-se a homologação das desistências das ações judiciais e dos processos administrativos pelas autoridades competentes. Em decorrência da adesão ao programa de Anistia, houve um impacto positivo no resultado do período de R\$ 1.042.

1.2 - PIS - Programa de Integração Social: A Companhia discute judicialmente a exigibilidade da contribuição ao PIS no moldes da Lei nº 9.701/98, Medida Provisória MP 2158-33/01 e redições, bem como pela Lei nº 9.718/98, pleiteando o recolhimento do PIS, a partir do ano-calendário de 2001, com base na Lei Complementar 077/0 (PIS Repique), ou que o recolhimento desse tributo seja efetuado sem a inclusão das receitas não operacionais. No âmbito administrativo, foi lavrado auto de infração pelas Autoridades Fiscais para prevenir a decadência do período de julho de 2001 a dezembro de 2003, cujo lançamento foi mantido em sua integralidade na esfera administrativa. Na ação judicial a Companhia possui sentença para recolhimento do PIS com base no conceito de faturamento previsto na Lei Complementar nº 077/0, com a inclusão das receitas não operacionais, permanecendo a discussão sobre quais receitas podem ser tipificadas como não operacionais. O processo aguarda julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Fazenda Nacional e do Recurso Especial interposto pela Companhia. Em 1º e 2º grau foram proferidas decisões desfavoráveis, encontrando-se atualmente os autos pendentes de julgamento dos recursos especial e extraordinário interpostos pela Companhia. Para o período-base de julho de 2001 a dezembro de 2002, a Companhia provisionou os débitos integrantes do auto de infração atualizados até a data de encerramento do exercício. A partir de janeiro de 2003 a provisão vem sendo constituída com base na receita operacional bruta acrescida pelos encargos moratórios e financeiros. As provisões vem sendo constituídas independentes da perspectiva de êxito, considerando-se o conceito de "obrigação legal". Durante o segundo semestre de 2009, a União Federal ingressou com ação de execução fiscal contra a Companhia, através da qual foram exigidos recolhimentos da contribuição ao PIS do período de janeiro de 2003 a dezembro de 2007. Em decorrência, a Companhia efetuou depósitos judiciais em garantia do período de janeiro de 2003 até outubro de 2009, calculados sobre a totalidade das receitas, sendo que para os períodos subsequentes, os depósitos estão sendo efetuados mensalmente na data de vencimento do tributo.

1.3 - ISS - Imposto sobre Serviços (Operações de Seguro Saúde): Foram lavrados, em 2006, pela Prefeitura do Município de São

14. Ações judiciais em curso (Provisões)

	2009			2008		
	Quantidade	Valor envolvido	Provisão	Quantidade	Valor envolvido	Provisão
I - Cíveis						
Perda provável	103	3.815	3.815	73	3.679	3.190
Perda possível	90	1.531	-	123	4.758	-
Perda remota	144	3.692	-	132	20.686	-
	337	9.038	3.815	328	29.123	3.190
II - Trabalhistas						
Perda provável	1	2	2	3	87	87
Perda possível	6	336	-	4	804	-
Perda remota	5	141	-	-	-	-
	12	479	2	7	891	87
III - Fiscais						
Perda provável	-	-	-	-	-	-
Perda possível	8	7.872	7.244	4	6.832	11.116
Perda remota	4	97.263	-	1	87.389	-
	12	105.135	7.244	5	94.221	11.116
IV - Outras						
Perda provável	117	1.688	1.688	70	2.354	2.354
Perda possível	88	1.183	-	116	2.174	-
Perda remota	32	2.736	-	46	3.812	-
	237	5.607	1.688	232	8.340	2.354
Total geral						
Perda provável	221	5.505	5.505	146	6.120	5.631
Perda possível	192	10.922	7.244	247	14.568	11.116
Perda remota	185	103.832	-	179	111.887	-
	598	120.259	12.749	572	132.575	16.747

As quantidades demonstradas referem-se ao número de pedidos por ação judicial. A perspectiva em relação a probabilidade de perda é baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e da Administração.

	Encargos			Depósitos Judiciais (*)		
	Principal	Moratório	Baixas	Saldo em 31/12/2009	Saldo em 31/12/2009	Saldo em 31/12/2008
1 - Fiscal	2.969	1.128	(7.969)	7.244	7.575	6.459
2 - Trabalhista	239	(3)	(321)	2	50	107
3 - Cíveis	575	(150)	(100)	3.815	2.685	2.534
4 - Outras	1.436	(234)	(1.868)	146	146	2.671
Total	5.219	1.041	(10.258)	12.749	10.456	11.771

Paulo (PMSP), autos de infração contra a Companhia objetivando a cobrança do ISS sobre as receitas com operações de seguro saúde realizadas nos termos da Lei nº 11.941 de março de 2004. A Companhia entende que o referido imposto não incide sobre os serviços de planos de saúde e não sobre as operações de seguro-saúde. A PMSP ajuizou ação de execução fiscal e, por esse motivo, a Companhia impetrou ação anulatória com pedido de tutela antecipada. A Companhia obteve decisões favoráveis em 1º e 2º instâncias, sobrevivendo embargos de declaração opostos pela PMSP, os quais não foram acolhidos, ensejando a interposição de Recurso Especial pela PMSP, ao qual foi negado seguimento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Diante da negativa de seguimento do recurso especial da PMSP, esta ingressou com Agravo de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial, sendo os autos remetidos ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, onde permanece pendente de julgamento. O valor da execução fiscal, atualizado monetariamente até a data do balanço, é de R\$ 91.612. A Administração, baseada na opinião de seus advogados externos e na análise do mérito da *lide*, entende que não é necessária nenhuma provisão já que as chances de perda são avaliadas como remotas.

2 - Contingências trabalhistas: A Companhia responde a processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada "provável" pelos assessores jurídicos da Companhia.

3 - Contingências cíveis: 3.1 - Ressarcimento ao SUS (Sistema Único de Saúde): A Companhia move processo judicial contra o Sistema Único de Saúde (SUS), no qual pede a anulação de débitos relativos a ressarcimento de custos pleiteado pelo SUS no montante de R\$ 2.618 em 2009 (R\$ 2.431 em 2008). Os débitos relativos a estes períodos foram depositados judicialmente e encontram-se totalmente provisionados, incluindo encargos moratórios até a data de encerramento do balanço.

3.2 - Danos Morais e Materiais: A Companhia responde a processos de natureza cível, relacionados a pedidos de restituição de reajustes por mudança de faixa etária dos planos de saúde individual. Estes processos encontram-se em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

4 - Outras contingências: A Companhia responde a processos judiciais envolvendo a cobrança, por prestadores de serviço, de valores glosados, pedidos de ressarcimento de despesas médico-hospitalares, por recusas de atendimento ou autorização para realização de procedimentos médicos. Parte dessas ações também envolve pedidos de indenização por danos morais. Os pagamentos ou autorizações foram negados em função do entendimento de que não estavam suportados pelas coberturas contratadas pelos segurados nos planos de saúde. Estes processos encontram-se em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada provável com base na avaliação individual de cada processo, realizada pelos assessores jurídicos da Companhia, exceto para os processos em que já foi concedida liminar determinando o atendimento.

15. Patrimônio líquido

a. Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de julho de 2009, foi deliberado um aumento do capital social, integralizado em espécie, no valor total de R\$ 25.008. Dessa forma, o capital social passou a ser representado por 2.266.656 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (1.480.246 ações em 2008).

b. Reserva legal: Constituída por valor correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, sendo seu valor limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c. Reserva estatutária: A reserva estatutária, denominada reserva especial no estatuto da Companhia, é constituída após deduções legais, ao final de cada exercício social, sendo destinada à amortização de eventuais prejuízos em exercícios futuros, aumento de capital social ou distribuição de bonificações aos acionistas, por deliberação da Assembleia Geral.

d. Dividendos: Os dividendos são registrados contabilmente quando sua distribuição é proposta pela Administração ou deliberada pelos acionistas. Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de abril de 2009, foi deliberado e aprovado o pagamento de dividendos, no montante de R\$ 15.009, relativo a lucros de anos anteriores.

16. Detalhamento das contas do resultado

Ramos	2009			2008		
	Prêmio Ganho	Sinistra- lidade	Comissio- namento	Prêmio Ganho	Sinistra- lidade	Comissio- namento
Individual	62.370	82,14%	4,01%	63.404	79,36%	4,25%
Coletivo	244.616	74,00%	7,12%	249.509	79,00%	7,63%
Tributos incidentes sobre o faturamento (*)	(4.288)			(4.023)		
COFINS	(3.774)			(3.538)		
PIS	(514)			(485)		
Prêmio ganho líquido de tributos	302.698			308.890		

(*) A base de cálculo, nos termos da legislação em vigor, inclui outras receitas e a dedução de certas despesas, incidindo as alíquotas de 4% para a Cofins e 0,65% para o PIS.

b. Sinistros retidos, receitas e despesas operacionais, despesas administrativas e resultado financeiro

	2009	2008
Sinistros retidos	(232.261)	(247.441)
Indenizações avisadas	(237.926)	(246.423)
Despesas com sinistros	(808)	(625)
Recuperação em co-responsabilidade	4.463	5.530
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.010	(5.923)
Outras receitas operacionais	81	5.341
Outras receitas operacionais	81	5.341
Outras despesas operacionais	(2.550)	790
Provisão para perdas sobre créditos	(1.094)	28
Despesas com apólices e contratos	(1.155)	(779)
Despesas com cobrança	(160)	(139)
Despesas com inspeção de riscos	(3)	(29)
Provisão para contingências - Operacional	(111)	1.949
Outras	(27)	(240)
Despesas administrativas	(38.859)	(44.623)
Pessoal próprio	(20.592)	(22.567)
Localização e funcionamento	(10.183)	(12.487)
Serviços de terceiros	(5.579)	(7.059)
Provisão para contingências - Administrativas	(1.016)	(687)
Despesas com tributos	(439)	(470)
Publicidade e propaganda	(6)	(578)
Outras	(1.044)	(775)
Receitas financeiras	12.791	13.885
Títulos de renda fixa privados	6.688	9.714
Títulos de renda fixa públicos	3.701	2.841
Títulos de renda variável	961	320
Receitas com depósitos judiciais	1.169	967
Receitas com créditos tributários	187	26
Outras receitas financeiras	85	17
Despesas financeiras	(1.394)	(1.080)
Encargos sobre tributos	(1.079)	(871)
Outras despesas financeiras	(315)	(209)

17. Reconciliação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultados, como a seguir:

	2009		2008	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e após as participações	19.841	19.841	13.470	13.470
Ajustes temporários	276	276	629	629
Provisões para contingências	(278)	(278)	191	191
Provisões para devedores duvidosos	1.094	1.094	(28)	(28)
Outros ajustes temporários	(540)	(540)	466	466
Ajustes permanentes	(1.884)	(1.884)	131	131
Outros ajustes permanentes (**)	(1.884)	(1.884)	131	131
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	18.233	18.233	14.230	14.230
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(4.534)	(2.735)	(3.533)	(1.750)
Incentivo Fiscal	105	-	171	-
Créditos tributários da majoração da CSLL de 9% para 15%	-	-	-	890
Tributos diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de TVM	3	2	12	7
Créditos tributários sobre diferenças temporárias do período	66	39	145	87
Outros ajustes	646	33	(5)	(40)
Total de imposto de renda e contribuição social	(3.714)	(2.661)	(3.210)	(806)

(*) Calculado com base nas alíquotas vigentes, vide nota 3b.

(**) Em 2009, inclui o montante de R\$ 1.128 referente o benefício da Anistia reconhecido a crédito no resultado e que não é tributário nos termos Lei 11.941/09.

18. Outras informações

a. Seguros: A Companhia mantém apólices de seguro em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A importância segurada dos seguros vigentes em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 7.000 para os riscos de incêndio empresarial absoluto e R\$ 2.500 para lucros cessantes.

b. Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

c. Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência:

	2009	2008
Patrimônio líquido contábil	77.752	77.659
Despesas antecipadas	(93)	59.899
Patrimônio líquido ajustado	77.659	77.659
20% dos prêmios retidos anuais (média dos últimos 36 meses)	68.609	68.609
33% dos sinistros retidos anuais (média dos últimos 60 meses)	68.609	68.609
Margem de solvência	9.050	9.050

18. Outras informações

a. Seguros: A Companhia mantém apólices de seguro em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A importância segurada dos seguros vigentes em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 7.000 para os riscos de incêndio empresarial absoluto e R\$ 2.500 para lucros cessantes.

b. Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

c. Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência:

	2009	2008
Patrimônio líquido contábil	77.752	77.659
Despesas antecipadas	(93)	59.899
Patrimônio líquido ajustado	7	